



JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE APUCARANA-PR

ETIQUETA

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES:

- Este caderno apenas deverá ser aberto quando autorizado pelo Fiscal.
- Antes de começar a responder a prova, confirme o **nome** e o **número de inscrição** no **caderno de prova** e nas **folhas de respostas objetiva e subjetiva**.
- Verifique se este caderno:
- Corresponde a sua opção de cargo.
- Contém **35 questões**, numeradas de 1-35. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Cada questão possui apenas uma resposta correta, com valor igual a 0,2 cada, totalizando a prova objetiva o valor de 7,0 pontos. A prova subjetiva terá valor 3,0 e somará com a nota da prova objetiva.
- As respostas deverão ser cuidadosamente respondidas, marcadas e completamente preenchidas na Folha de Respostas, com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, e entregue ao fiscal no final da prova, pois o candidato poderá levar consigo o caderno de prova e o rascunho, após a assinatura da lista de presença.
- Em hipótese alguma será concedida outra folha de respostas ao candidato. Portanto, responda legivelmente a questão subjetiva, utilizando-se do espaço fornecido, e evite rasuras na respectiva folha de resposta.
- Será atribuído o valor **ZERO** à questão que contenha na Folha de Respostas objetiva dupla marcação, marcação rasurada, emendada ou não preenchida completamente, bem como à folha de resposta subjetiva que esteja ilegível.
- **Não será permitida qualquer espécie de consulta, sob pena de desclassificação automática do candidato que desrespeitar tal determinação.**
- Qualquer erro na identificação da prova ou desobediência aos pressupostos anteriores gerará a desclassificação do candidato.
- Os três últimos candidatos somente poderão se ausentar juntos da sala, após assinatura da Ata de Encerramento.

PORTUGUÊS

Nesta prova, considera-se uso correto da língua portuguesa que está em conformidade com o padrão culto escrito.

(FCC – TRF 4ª Reg. - 2010) Atenção: As questões de números 1 a 2 referem-se ao texto que segue.

Justiça e burocracia

A finalidade maior de todo processo judicial é chegar a uma sentença que condene o réu, quando provada a culpa, ou o absolva, no caso de ficar evidenciada sua inocência ou se nada vier a ser efetivamente comprovado contra ele. O pressuposto é o de que, em qualquer dos casos, a sentença terá sido justa. Mas nem sempre isso ocorre. O caminho processual é ritualístico, meticuloso, repleto de cláusulas, de brechas para interpretação subjetiva, de limites de prazos, de detalhes técnicos – uma longa jornada burocrática, em suma, em que pequenos subterfúgios tanto podem eximir de condenação um culpado como penalizar um inocente. Réus poderosos contam com equipes de advogados particulares experientes e competentes, ao passo que um acusado sem recursos pode depender de defensores públicos mal remunerados e indecisos quanto à melhor maneira de conduzir um processo.

No limite, mesmo os réus de notória culpabilidade, reincidentes, por exemplo, em casos de corrupção, acabam por colecionar o que cinicamente chamam de “atestados de inocência”, sucessivamente absolvidos por força de algum pequeno ou mesmo desprezível detalhe técnico. Quanto mais burocratizados os caminhos da justiça, maior a possibilidade de que os “expedientes” das grandes “raposas dos tribunais” se tornem decisivos, em detrimento da substância e do mérito essencial da ação em julgamento. A burocracia dos tortuosos caminhos judiciais enseja a vitória da má-fé e do oportunismo, em muitos casos; em outros, multiplica entraves para que uma das partes torne evidente a razão que lhe assiste.

(Domiciano de Moura)

01. Está clara e correta a redação da frase:

- A. Nada se garante quanto a justiça, graças ao excesso de burocracia onde caracteriza-se o andamento dos processos.
- B. Através de recursos baixos, evita-se que um notório corrupto se distinga de um homem honesto, embora a recíproca não seja verdadeira.
- C. A reincidência do réu em atos de corrupção nada significou para o juiz, que se mostrou mais preocupado com minúcias técnicas do processo.
- D. Tanto mais burocracia, quanto maior a possibilidade de que se ofereça entraves para um julgamento proveitoso e com isenção de um caso.
- E. Pode ocorrer má-fé e oportunismo, nos casos aonde existem brechas para que esses venham a imperar, desde que a burocracia lhes facilite.

02. A frase em que se respeitam plenamente as regras de concordância verbal é:

- A. “Raposas dos tribunais” é a expressão com a qual muitos identificam os advogados matreiros, que se valem da tortuosidade dos ritos processuais.
- B. Costuma valer-se de algum desprezível detalhe técnico os causídicos que sabem tirar proveito da burocracia judicial.
- C. A tortuosidade dos caminhos judiciais acabam por ensejar um sem-número de distorções no andamento de um processo.
- D. Falhas nos julgamentos sempre haverão, mas a excessiva burocratização dos ritos jurídicos acaba por multiplicá-las.
- E. Não cabem aos defensores públicos, em geral mal remunerados e desmotivados, a responsabilidade integral por sua insegurança diante dos entraves burocráticos.

03. Evitam-se as abusivas repetições do período abaixo, substituindo os elementos sublinhados, respectivamente, por:

O advogado de defesa encaminhou uma apelação. Para fundamentar a apelação, organizou a apelação numa progressão de itens bem articulados. Ainda assim, recusaram a apelação os juízes do Supremo, que consideraram a apelação inconsistente de todo.

- A. fundamentá-la, organizou-lhe, recusaram a ela, consideraram-na.
- B. fundamentá-la, organizou-a, recusaram-na, a consideraram.
- C. fundamentar a ela, a organizou, recusaram-lhe, lhe consideraram.
- D. fundamentar-lhe, organizou-lhe, recusaram-na, a consideraram.
- E. a fundamentar, organizou-a, recusaram-lhe, consideraram-na.

04. (CESGRANRIO – Petrobrás- 2011) Em qual dos pares de frases abaixo o **(a)** destacado deve apresentar acento grave indicativo da crase?

- A. Sempre que possível não trabalhava **a** noite. / Não se referia **a** pessoas que não participaram do seminário.
- B. Não conte **a** ninguém que receberei um aumento salarial. / Sua curiosidade aumentava **a** medida que lia o relatório.
- C. Após o julgamento, ficaram frente **a** frente com o acusado. / Seu comportamento descontrolado levou-o **a** uma situação irremediável.
- D. O auditório fica no segundo andar **a** esquerda. / O bom funcionário vive **a** espera de uma promoção.
- E. Aja com cautela porque nem todos são iguais **a** você. / Por recomendação do médico da empresa, caminhava da quadra dois **a** dez.

05. A grafia de todas as palavras está correta na frase:

- A. A sentença foi exarada sem que o juiz sequer vislumbra-se os subterfúgios de que lançou mão o pertinaz advogado de defesa.
- B. A alta incidência de erros judiciais constitui – ou deveria constituir – um alerta para que nossos juristas analisem com mais sensatez os ritos processuais.
- C. Acabam sofrendo discriminação, nos julgamentos, os réus mais pobres, assistidos por advogados pagos irrisoriamente pelo herário público.
- D. Um advogado honesto deve sentir-se pezaroso por ter de enfrentar a malícia de pares seus, que chegam a se gabar por ganharem uma causa inescrupulosamente.
- E. É no fringir dos ovos – na hora da sentença – que se verá se o juiz se deixou ou não cooptar pela argumentação falaciosa do esperto advogado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS NA ÁREA DO DIREITO

06. (TJ/SC – 2010) Analise as seguintes proposições e assinale a alternativa que está em consonância com a Constituição Federal:

- I. A dignidade da pessoa humana é um dos princípios que regem as relações internacionais da República.
- II. A erradicação da pobreza e da marginalização constitui um dos objetivos fundamentais da República.
- III. A soberania é um dos princípios que regem as relações internacionais da República.

IV. O pluralismo político constitui um dos fundamentos da República.

V. A defesa da paz constitui um dos objetivos fundamentais da República.

VI. A prevalência dos direitos humanos constitui um dos princípios que regem as relações internacionais da República.

- A. As proposições I, III e V estão todas erradas.
- B. As proposições II, V e VI estão todas certas.
- C. As proposições II, IV e VI estão todas erradas.
- D. As proposições I, II e VI estão todas certas.
- E. As proposições IV, V e VI estão todas certas.

07. (FCC – TRT/22ª Reg. – 2010) Quanto ao Poder Judiciário, considere:

I. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de treze membros com mandato de dois anos, vedada a recondução.

II. O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

III. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, além de outras, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

IV. O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

V. É vedado aos servidores a percepção de delegação para a prática de atos de administração ou atos de mero expediente, ainda que sem caráter decisório.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- A. I e V.
- B. I, II e III.
- C. II, III e IV.
- D. III, IV e V.
- E. III e V.

08. Em matéria de garantias aos juízes, considere:

I. A que consiste na permanência na comarca em que é titular, salvo por motivo de interesse público.

II. A que implica na sua permanência no cargo, salvo entre outras situações, por sentença judicial transitada em julgado, exoneração a pedido ou aposentadoria.

As hipóteses dizem respeito, respectivamente:

- A. à indisponibilidade e ao juízo natural
- B. à vitaliciedade e a inamovibilidade.
- C. ao juízo natural e a inamovibilidade.
- D. à inamovibilidade e a vitaliciedade.
- E. à vitaliciedade e a segurança jurídica.

<p>09. (FCC – TJ/PE – 2011) A pessoa jurídica “X” que tem sede na Capital do Estado e estabelecimento em diversos municípios do interior, em um desses municípios contratou os serviços da oficina mecânica “Y” para manutenção de seus veículos mas não pagou pelos serviços prestados. Tendo “Y” de demandar a devedora no domicílio dela, é possível ajuizar a ação:</p> <p>A. somente na Capital do Estado, porque nela se encontra a sede da devedora. B. em qualquer comarca, dentro da qual a devedora possui estabelecimento. C. na comarca a que pertencer o município no qual o contrato foi celebrado. D. apenas na comarca a que pertencer o município onde se encontrar o principal estabelecimento da devedora. E. em qualquer comarca do Estado, de livre escolha do credor, porque o domicílio na Capital estende seus efeitos para todo o limite territorial do Estado.</p> <p>10. (MPE/PR – 2008) Com base no Direito Civil Brasileiro, é correto afirmar:</p> <p>A. Decai em quatro anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro. B. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. C. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, não podendo o estatuto trazer qualquer termo neste sentido. D. Para que se possa alterar o estatuto de fundação é necessário que a reforma somente que a mesma seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado E. Nenhuma das alternativas anteriores está correta.</p> <p>11. (FCC – TRT – 14ª Reg. – 2011) A respeito das pessoas jurídicas, considere:</p> <p>I. A União II. Os Estados. III. O Distrito federal IV. Os Municípios. V. As autarquias VI. Os partidos políticos VII. As sociedades</p>	<p>São pessoas jurídicas de direito público interno as indicadas APENAS em:</p> <p>A. I, II, III, IV e V. B. II, III, IV e V. C. II, III, VI e VII. D. I, II, III, IV e VI. E. IV, V, VI e VII</p> <p>12. Acerca de prescrição, decadência, obrigações e contratos em espécie, assinale a opção correta.</p> <p>A. Prescrita a pretensão, considera-se também prescrita a exceção material. B. De acordo com o Código Civil, admite-se renúncia prévia ou antecipada à prescrição, que pode ser expressa ou tácita e só valerá se feita sem prejuízo de terceiro. C. As obrigações reais ou mistas referem-se ao indivíduo e, portanto, não se transmitem ao novo adquirente da coisa a que se relacionam. D. Nas obrigações negativas, havendo descumprimento fortuito, a obrigação converte-se em perdas e danos. E. O contrato estimatório é unilateral e não-comutativo.</p> <p>13. A respeito de contratos e de responsabilidade civil, assinale a opção correta.</p> <p>A. Mesmo havendo a cláusula de irrevogabilidade como condição de um negócio bilateral, a revogação do mandato será eficaz em relação ao mandatário, nos casos previstos em lei. B. A fiança é um contrato unilateral, definitivo e acessório, mas a sua estipulação e validade dependem do consentimento do devedor. C. No sistema do CDC, a responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto ou do serviço é de natureza subjetiva. D. A obrigação de indenizar o dano material ou moral decorre exclusivamente do exercício de atividade ilícita por parte do agente. E. Privilégio especial é o compreensivo de bens que, por disposição legal, ficam sujeitos ao pagamento do crédito que visa favorecer, em razão do vínculo existente entre tais bens e o débito.</p> <p>14. (FCC – TCE/AP – 2010) São elementos da ação:</p> <p>A. legitimidade, interesse e possibilidade jurídica do pedido. B. jurisdição, demanda e defesa C. autor, réu e juiz. D. juiz, provas e sentenças. E. partes, causa de pedir e pedido.</p>
---	---

<p>15. (FCC – TRT/12ª Reg. – 2010) É correto afirmar que: As condições da ação ...:</p> <p>A. reconhecidas liminarmente podem ser reapreciadas pelo juiz quando da prolação da sentença.</p> <p>B. não se aplicam ao Ministério Público, quando for parte, em razão do interesse público da sua atuação.</p> <p>C. não podem ser apreciadas pelo juiz <i>ex officio</i>, devendo ser obrigatoriamente arguidas pelas partes.</p> <p>D. só se aplicam à propositura da ação pelo autor, não sendo exigíveis quando se tratar de reconvenção.</p> <p>E. não podem ser arguidas pelo Ministério Público, quando intervir no processo como <i>custos legis</i>.</p> <p>16. (TJ/SC – 2010) Assinale a alternativa correta:</p> <p>I. Dá-se a litispendência quando se repete ação idêntica a uma que se encontra em curso, isto é, quando a ação proposta tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir (próxima e remota) e o mesmo pedido (mediato e imediato). A segunda ação tem que ser extinta sem resolução do mérito. A litispendência é instituído que alcança os processos contenciosos e os procedimentos de jurisdição voluntária.</p> <p>II. A conexão é causa de modificação da competência relativa. Duas ou mais ações serão conexas quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir (próxima ou remota). O acolhimento desta preliminar faz com que o juiz remeta os autos ao juízo prevento, ou, se ele for o prevento, que requisite os autos do outro juízo por onde corre a ação conexa. O objetivo da conexão é a reunião das ações para receberem julgamento conjunto, evitando-se decisões conflitantes.</p> <p>III. A ação declaratória incidental pode ser provocada apenas pelo autor para que seja decidida questão relativa a outro estado ou relação jurídica que se apresenta no processo como mero antecedente lógico da questão principal, mas que não poderia ser, por si só, objeto de processo autônomo. A ação declaratória incidental é ação distinta da ação principal, mas que se desenvolve no mesmo processo; sua finalidade principal é a economia processual; forma a coisa julgada sobre a questão prejudicial e evita que esta (a prejudicial) seja objeto de nova discussão, novas provas e nova decisão, em demanda futura, entre as mesmas partes.</p> <p>IV. Ao proclamar a ilegitimidade passiva do réu indicado pelo autor, pode o juiz, no exercício de seus poderes discricionários de direção e desenvolvimento do processo e em observância ao princípio da instrumentalidade, determinar a inclusão no processo de quem, segundo o seu entendimento, seja parte legítima para a ação proposta.</p>	<p>A. Somente II e IV estão incorretas.</p> <p>B. Somente I, III e IV estão incorretas.</p> <p>C. Somente I, II e III estão incorretas.</p> <p>D. Somente III e IV estão incorretas.</p> <p>E. Todas as proposições estão incorretas.</p> <p>17. (FCC – TRT – 14ª Reg. – 2011) A condenação por litigância de má-fé:</p> <p>A. implicará no pagamento de multa não excedente a 1% do valor da causa, devidamente atualizado.</p> <p>B. depende de requerimento da parte contrária, não podendo o juiz decidir de ofício.</p> <p>C. não implicará em indenização à parte contrária, estando os prejuízos que sofreu incluídos na multa fixada pelo juiz ou tribunal.</p> <p>D. não inclui pagamento de honorários advocatícios.</p> <p>E. depende de requerimento da parte contrária, não podendo o tribunal decidir de ofício.</p> <p>18. (FCC – TRT – 22ª Reg. – 2010) João alienou a José, por ato entre vivos, um terreno litigioso. Nesse caso, José, como adquirente:</p> <p>A. poderá substituir o adquirente, mesmo sem o consentimento do alienante e exigir a repetição de todos os atos processuais já praticados.</p> <p>B. deverá ingressar em juízo e substituir o adquirente, mesmo sem o consentimento do alienante, recebendo o processo no estado em que se encontra.</p> <p>C. deverá pleitear a anulação do processo, por ter ocorrido alteração de um dos polos da demanda.</p> <p>D. poderá intervir no processo assistindo o alienante, mesmo sem o consentimento da parte contrária</p> <p>E. não poderá de nenhuma forma intervir no processo, devendo aguardar os efeitos da sentença que decidir a demanda.</p> <p>19. (FCC – TRE/RN – 2011) Considere:</p> <p>I. Inépcia da petição inicial.</p> <p>II. Conexão.</p> <p>III. Defeito de representação.</p> <p>IV. Convenção de arbitragem.</p> <p>V. Falta de caução que a lei exige como preliminar.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, o juiz conhecerá de ofício as matérias enumeradas SOMENTE em:</p> <p>A. I, II e V.</p> <p>B. I, II, III e V.</p> <p>C. I, II, IV e V.</p> <p>D. III e IV.</p> <p>E. II, III e V.</p>
---	--

20. (FCC – TRF/1ª Reg. – 2011) Quando se tratar de processo total ou parcialmente eletrônico, os atos processuais praticados na presença do juiz poderão ser produzidos e armazenados de modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, na forma da lei, mediante registro em termo que será assinado digitalmente pelo juiz e pelo escrivão ou chefe de secretaria, bem como pelos advogados das partes. Eventuais contradições na transcrição deverão ser suscitadas:

- A. oralmente no momento da realização do ato, registrando-se a alegação, devendo o juiz decidir no prazo de cinco dias, sendo as partes intimadas desta decisão.
- B. oralmente no momento da realização do ato, registrando-se a alegação, devendo o juiz decidir no prazo de quarenta e oito horas, sendo as partes intimadas desta decisão.
- C. oralmente no momento da realização do ato, sob pena de preclusão, devendo o juiz decidir de plano, registrando-se a alegação e a decisão no termo.
- D. oralmente no momento da realização do ato, devendo ser as razões da contradição feitas por escrito no prazo de cinco dias e o juiz decidir no prazo de quarenta e oito horas, sendo as partes intimadas desta decisão.
- E. por escrito no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de preclusão, devendo o juiz decidir no prazo de cinco dias, sendo as partes intimadas desta decisão.

21. (VUNESP - TJ/SP -2010) Sobre a forma dos atos processuais, aponte a alternativa correta.

- A. Os atos praticados em processo em que foi decretado o segredo de justiça não podem ser produzidos em forma eletrônica.
- B. A desistência da ação produz efeito desde que publicada pela imprensa oficial, para conhecimento de terceiros.
- C. Despacho é todo ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.
- D. A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei.
- E. É vedada a utilização de método eletrônico para gravação de voz ou imagem durante a realização de audiências.

22. Marta ajuizou ação de cobrança em face de Joana. Citada, Joana procurou Marta para uma tentativa de conciliação amigável. Neste caso, o processo:

- A. poderá ser suspenso por convenção das partes, por prazo nunca superior a 120 dias.
- B. poderá ser suspenso por convenção das partes, por prazo nunca superior a três meses.
- C. poderá ser suspenso por convenção das partes, por prazo nunca superior a 90 dias.
- D. poderá ser suspenso por convenção das partes, por prazo nunca superior a seis meses.
- E. não poderá ser suspenso por convenção das partes não havendo previsão legal neste sentido.

23. (FCC – TJ/AP – 2009) No que se refere ao pedido no procedimento ordinário, de acordo com o Código de Processo Civil, é certo que:

- A. se tratando de obrigação de fazer, quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, desde que o autor não tenha formulado pedido alternativo.
- B. é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.
- C. após a citação, mas antes de decorrido o prazo para contestação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.
- D. não é lícito formular pedido genérico, mesmo se a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- E. na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá a sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.

24. (CESPE – TRF/5ª Reg. – 2009) Realizada a citação em ação processada sob o rito comum ordinário, a autora da ação, antes de apresentada a resposta do réu, notou que havia deixado de incluir um pedido de seu interesse, vindo a requerer o aditamento desse novo pedido à inicial ou a desistência da ação, caso o réu não concordasse com o primeiro requerimento. Ouvido a respeito do assunto, o réu se manifestou contrário a ambos os requerimentos da autora. Em face da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A. É viável o acolhimento dos pedidos de aditamento ou de desistência somente se os interesses tratados na ação forem patrimoniais e disponíveis.
- B. Dada a estabilidade da lide e realizada a citação do réu, não é viável o acolhimento de qualquer dos pedidos, uma vez que importaria inovação indevida ou ato de disposição incompatível com o interesse do réu em ver dirimida a lide.
- C. Sendo a cumulação de pedidos uma opção à disposição do autor, tal como ocorre na hipótese do litisconsórcio facultativo, o juiz pode limitar o número de pedidos caso entenda restar comprometida a defesa ou a rápida solução do pedido, independentemente da oposição do réu.
- D. Com a citação, torna-se inviável acolher o aditamento ao pedido sem o consentimento do réu, dada a estabilidade da lide. Contudo, o pedido de desistência pode ser acolhido, desde que isso ocorra antes de a resposta do réu ser apresentada.
- E. É direito do réu, após a citação, ver a lide dirimida, de modo que não seria possível deferir o pedido de extinção da ação. Entretanto, nada pode se opor ao pedido de aditamento, visto que não se esgotou o prazo de defesa, sendo viável a resistência do réu a essa nova pretensão do autor.

25. (MPE/GO – 2009) Na audiência de instrução e julgamento no procedimento ordinário as provas serão produzidas na seguinte ordem:

- A. O perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu e finalmente o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu.
- B. Serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos e finalmente o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu.
- C. O juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu e finalmente o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos.
- D. O perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu e finalmente serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- E. Nenhuma das alternativas anteriores estão corretas.

26. (CESGRANRIO/Petrobrás – 2008) No que se refere ao julgamento, conforme o estado do processo, o processo será extinto sem julgamento de mérito quando:

- A. houver transação entre as partes.
- B. ocorrerem os efeitos da revelia.
- C. ocorrer decadência.
- D. se verificar renúncia do autor sobre os direitos que fundam a ação.
- E. a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

27. (FCC – TER/MS – 2007) No que concerne aos requisitos e efeitos da sentença, e de conformidade com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- A. publicada a sentença o juiz só poderá alterá-la por meios de embargos de declaração.
- B. o juiz poderá proferir sentença ilíquida, ainda que o autor tiver formulado pedido certo.
- C. a sentença condenatória genérica não viabiliza a produção de hipoteca judiciária.
- D. a sentença transitada em julgado que condena o devedor a emitir declaração de vontade produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.
- E. a sentença que decidir relação jurídica condicional pode ser incerta.

28. (CESPE – TRT/1ª Reg. – 2008) Julgue os itens que se seguem acerca da disciplina legal da sentença.

- I Sentença que não contiver dispositivo será considerada válida se for possível deduzir da fundamentação, sem sombra de dúvida, qual a solução jurídica aplicável às questões submetidas a julgamento.
- II São elementos do relatório da sentença o nome das partes e a suma do pedido e da resposta do réu, assim como o registro das principais ocorrências havidas no feito.
- III Considere que um juiz de direito tenha decidido, fundamentadamente, antecipar a tutela jurisdicional que foi pedida em uma ação. Nessa situação, agiu acertadamente o juiz ao garantir o cumprimento da obrigação determinada, fixando, de ofício, multa por dia de atraso no atendimento da ordem.
- IV No caso de sentença que condene alguém a emitir declaração de vontade, como o Estado-juiz não pode fazer as vezes de seus jurisdicionados, o descumprimento do comando judicial converterá a obrigação em perdas e danos.
- V Considere a situação de um indivíduo que teve seu pedido acolhido em ação que visava à condenação da Empresa de Transporte Coletivo X ao pagamento de determinada importância em dinheiro. Nesse caso, é correto a ação do juiz condutor do feito ao determinar, na própria sentença condenatória, que caberia a esse indivíduo a opção entre a execução provisória e a hipoteca judiciária, eis que as medidas são incompatíveis entre si.

Estão certos apenas os itens:

- A. I e III.
- B. I e IV.
- C. II e III.
- D. II e V.
- E. IV e V.

29. (FGV – TJ/PA – 2008) Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- A. Intentada a ação penal, o juiz da ação civil, visando ao ressarcimento do dano, poderá suspender o curso do processo civil.
- B. Não faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estrito cumprimento de dever legal.
- C. É cabível a indenização ao dono de animal que é morto em quintal da casa do seu proprietário por pessoa que invade o mencionado quintal para fugir de roubo.
- D. A decisão que julga extinta a punibilidade do crime não impede a propositura da ação civil.
- E. Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.

30. (FCC – DPE/RS – 2011) Sobre a teoria geral do delito, é correto afirmar:

- A. Na concorrência plúrima, o instituto da cooperação dolosamente diversa ocorre quando todos os agentes, mesmo sem vínculo subjetivo, se comportam para o mesmo fim, mas desconhecem a conduta alheia.
- B. Nas discriminantes putativas é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, havendo também isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.
- C. Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem, atuando o coacto com excludente legal de culpabilidade.
- D. O crime impossível é causa legal de exclusão da ilicitude, ocorrendo quando o agente, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, não consegue consumar o crime.
- E. No concurso formal de crimes, o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, que pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, é punido aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido, mesmo que a ação ou omissão seja dolosa e os crimes concorrentes decorram de desígnios autônomos.

31. (FAURGS – TJ/RS – 2010) Acerca dos institutos da composição civil dos danos e da transação penal na Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A. A composição dos danos civis, ainda que parcial, importará na renúncia ao direito de representação ou queixa, com a conseqüente extinção da punibilidade do autor do fato.
- B. A composição civil, que consiste em reparação do dano, uma vez homologada, constitui título executivo judicial, a ser executado no juízo cível, após o trânsito em julgado.
- C. Acolhendo a proposta de transação penal do Ministério Público e aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de 5 (cinco) anos.
- D. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor transação penal com a aplicação imediata de pena de multa, sendo vedada a aplicação de pena restritiva de direitos.
- E. Não se admitirá proposta de transação penal se ficar comprovado que o autor da infração foi condenado, pela prática de crime, a pena privativa de liberdade por sentença definitiva

32. (FCC – DPE/RS – 2011) Especial Cível, previsto na Lei nº 9.099/95.

- A. O não comparecimento do autor à audiência gera revelia.
- B. O acesso independe, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- C. O Juizado Especial Cível não tem competência para as ações de despejo para uso próprio.
- D. Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente tanto o foro do domicílio do autor quanto o do local do ato ou fato.
- E. O recurso nominado deve ser recebido, em regra, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

33. (VUNESP – TJ/SP – 2011) Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao procedimento de ações perante os Juizados Especiais.

- A. Admite-se a citação do réu por edital, desde que se encontre em lugar incerto e não sabido.
- B. O comparecimento espontâneo não supre a necessidade de citação pessoal do réu.
- C. As microempresas e os incapazes não podem propor ação perante o Juizado Especial.
- D. É possível formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.
- E. Não se admitirá a intervenção do Ministério Público nas causas de competência do Juizado.

34. Com base na Lei 9099/95, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. A sentença mencionará os elementos de convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
- B. De toda espécie de sentença prolatada no Juizado Especial Cível caberá recurso para o próprio Juizado, que será julgado por uma Turma composta de 03 (três) juízes togados.
- C. No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.
- D. O prazo para interposição de recurso é de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença.
- E. A execução da sentença processar-se-á no próprio juizado.

35. Com base nos Enunciados no FONAJE, é **INCORRETO** afirmar que:

- A. Nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica em revelia.
- B. O comparecimento das partes à audiência é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.
- C. A contestação poderá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento.
- D. As ações cíveis sujeitas a procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.
- E. Não se admite qualquer espécie de perícia nos Juizados Especiais.



**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DE APUCARANA-PR**

CADERNO DE PROVA SUBJETIVA

QUESTÃO SUBJETIVA

Elabore uma sentença de mérito, observando o procedimento sumaríssimo da Lei 9099/95, a partir dos seguintes dados:

José dos Anzóis, qualificado nos autos, trafegava com seu veículo por uma rodovia, sob o regime de concessão (pedágio), quando no início da noite e com fraca neblina, se deparou com um animal de médio porte (bezerro) a sua frente, e utilizando de todos os cuidados que a prudência exigia naquele momento, conseguiu desviar-se parcialmente do animal, vindo a atropelá-lo, atingindo a lateral direita de seu veículo, causando apenas danos materiais de pequena monta (em torno de (R\$ 3.000,00). A concessionária prestou todo o atendimento necessário no momento do acidente, com grande presteza, mas se negou a reparar os danos sofridos pelo condutor.

Diante da negativa administrativa, o autor ingressou com ação de reparação de danos materiais e morais nos Juizados Especiais, requerendo a condenação da concessionária nos danos materiais e morais sofridos, além da sucumbência.

A concessionária não apresentou proposta de acordo, optando por contestar a ação, arguindo preliminarmente a ilegitimidade passiva, sob o fundamento de que a responsabilidade é do dono do animal que estava na rodovia. Denunciou à lide o dono do animal, com base nos mesmos fundamentos acima. No mérito, tece considerações sob a responsabilidade civil, argumentando que o acidente se deu por culpa exclusiva do motorista, que agiu com imprudência, situação que exclui sua responsabilidade.

As partes estavam devidamente representadas, e anexaram todos os documentos com a inicial e contestação. Na função de Juiz Leigo, o candidato deverá redigir a peça, depois de ter presidido a instrução do processo, ficando a seu critério os fundamentos de fato e de direito, observando a doutrina e jurisprudência predominantes de nossos tribunais (TRU).